

## **QUE MORRA O “HOMEM CORDIAL” - Crítica ao livro Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda**

**Ramatis Jacino<sup>1</sup>**

### **Resumo**

O artigo busca debater alguns paradigmas produzidos por Sérgio Buarque de Holanda, em especial o conceito de “Homem cordial” que, na minha compreensão, refletem o pensamento oligárquico brasileiro, repetindo e aprofundando teses de Gilberto Freyre. Teses estas que sustentam termos vivenciado em nosso país uma escravidão amena e relação fraternal entre escravizadores e escravizados, (com o proprietário representando, no máximo, o papel de um patriarca severo) resultado de suposta “índole cordial” daqueles e de uma sujeição passiva destes. Relação esta que teria como consequência a construção de uma “democracia racial” a partir do momento que a escravidão se tornou ilegal. Critica, ainda, a interpretação que o autor teve dos fatos e processos que levaram a constituição da nação brasileira e a desqualificação dos indígenas, dos negros e dos portugueses, apontados como responsáveis por um suposto fracasso dessa nação, devido a singularidades inerentes a sua condição étnico/racial.

**Palavras chaves:** Racismo, escravidão, cordialidade, brasileiros

### **Summary**

The article search to discuss some paradigms produced by Sérgio Buarque de Holanda, especially the concept of "cordial man", which, in my understanding, reflect the Brazilian oligarchic thinking, repeating and deepening the theses of Gilberto Freyre. These theses sustain that we experienced in our country an amiable slavery and fraternal relationship between enslavers and enslaved (with the owner representing at most the role of a severe patriarch) the result of their supposed "cordial character" and a passive subjection of these. This relationship would have as consequence the construction of a "racial democracy" from the moment that the slavery became illegal. It also criticizes the author's interpretation of the facts and processes that led to the constitution of the Brazilian nation and the disqualification of the Indians, blacks and Portuguese people, who were responsible for a supposed failure of this nation due to the singularities inherent in its condition Ethnic/racial.

**Key Words:** Racism, slave, cordiality, brazilians

### **Introdução**

A ideia de colonizadores diferenciados, mestiços, generosos, não preconceituosos, que teriam dado origem a oligarquias com as mesmas características tem sido reiteradamente afirmada por estudiosos, de resto em sua grande maioria, herdeiros justamente daquelas oligarquias. A análise que fazem do povo brasileiro e do desenvolvimento da nossa civilização, via de regra não consegue superar esse olhar reduzido. O conceito de “Homem

---

<sup>1</sup> É professor do Bacharelado em Ciência Econômicas da Universidade Federal do ABC e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero, Raça/Etnia e Geração - NEP GREG, da [Universidade Federal da Bahia](http://www.ufba.br)– UFBA. Mestre e doutor pela FFLCH/USP

cordial”, desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda<sup>2</sup> é a elaboração que melhor sintetiza o ponto de vista daquelas elites e devedora de formulações anteriores que também, buscavam “compreender” o povo brasileiro.

Este ensaio tem por objetivo analisar a construção daquela figura síntese e problematizar as interpretações acerca do colonialismo, da formação da nação brasileira e de seu povo, que levou a construção ideológica que o “Homem cordial” materializa. Para tanto, busco analisar o livro *Raízes do Brasil* e revisitar o clássico que o inspirou, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire<sup>3</sup> – de quem Sérgio Buarque de Holanda se tornou, em certa medida, interprete e continuador. Considero pertinente fazer o estudo comparado desses dois livros, publicados com apenas três anos de diferença (*Casa Grande e Senzala* em 1933 e *Raízes do Brasil* em 1936), embora a versão definitiva do texto de Sérgio Buarque de Holanda só tenha vindo à lume em 1969. Considero que são textos complementares e seus autores, em que pese a diferente trajetória acadêmica e política, comungam no olhar étnico, de gênero, de classe e porque não dizer, ideológico, embora *Raízes do Brasil* não contenha a erudição, o ineditismo e o brilhantismo de *Casa Grande e Senzala*.

Lucien Febvre<sup>4</sup> afirmou que a história é filha do seu tempo, o que nos leva a concluir que o historiador também é. Podemos acrescentar ainda que além dessa condicionante, o historiador (assim como os demais estudiosos das sociedades humanas) está limitado por sua condição de gênero, de “raça”, ideológica, de origem geográfica, classe etc. Os autores das obras que pretendo analisar certamente produziram a partir do seu olhar de homens, brancos, integrantes das elites brasileiras, defensores de uma determinada “ideologia racial”, que viveram e produziram ao longo do século XX.

Inúmeros estudiosos debateram e opinaram a respeito do conceito de “homem cordial expressado no livro *Raízes do Brasil* e largamente utilizado na interpretação do caráter do povo brasileiro, portanto, da forma como a nossa sociedade plurirracial e pluricultural se formou. Interpretações essas, que ultrapassaram os muros da Academia e foram apropriadas pelo senso comum.

Reza a lenda que a expressão “homem cordial” para definir o brasileiro, teria sido inaugurada pelo poeta e diplomata Rui Esteves Ribeiro de Almeida Couto (12/03/1898 –

2 Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. (1936) Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984 . (17a. ed.)

3 Gilberto Freyre. *Casa grande e Senzala*. (1933) Rio de Janeiro: José Olímpio. 1994. (19a. ed.)

4 Lucien Paul Victor Febvre (22/07/1878 – 26/09/1956) Historiador francês modernista foi um dos fundadores de uma forma de estudo e interpretação da história que ficou conhecida como “Escola dos Annales”.

30/05/1963), apropriada, em seguida por Sérgio Buarque de Holanda, atribuindo-lhe o “fundamento sociológico”, segundo Antônio Cândido. O primeiro questionamento ao conceito viria do poeta e ensaísta Cassiano Ricardo (1895-1974) em texto publicado na Revista do Colégio, em 1948, sob o título de *Variações sobre o Homem Cordial*. A obtemperação, todavia, não dizia respeito ao conceito construído e sim a definição do caráter do brasileiro que a expressão materializa, sugerindo o poeta, que o termo *bondade* era mais adequado para definir esse caráter.

Na sua longa trajetória de mais de 80 anos, através de diversas edições, *Raízes do Brasil* foi comentada e debatida por estudiosos como Alexandre Eulálio, Evaldo Cabral de Mello, Bolivar Lamounier, Antonio Arnoni Prado, Pedro Meira Monteiro, Robert Wegner, Antonio Candido, Raymundo Faoro, Maria Odila Leite da Silva Dias, Ilana Blaj, Ronaldo Vainfas, Luiz Dulci, entre outros. E, cabe-nos acrescentar, a quase totalidade dos estudos de caráter laudatório, com críticas muito pontuais, via de regra, corroborando as conclusões e buscando justificar os evidentes equívocos daquele historiador que, ao contrário do que propagaram seus defensores, não foram dirimidos a partir da 3ª. edição (1956). Edição esta em que o autor atualiza o conceito de cordialidade e aprofunda o debate em torno de uma suposta dicotomia entre público e privado que caracterizaria nossa sociedade e a maneira como o privado teria sido privilegiado em detrimento do público, gerando uma sociedade patrimonialista onde a estrutura do Estado estaria entregue a familiares, amigos e apaniguados. Conceitos amplamente apropriados pelo senso comum e manifestado em expressões vulgares como “jeitinho brasileiro”, ampla e abusivamente utilizado por estudiosos que interpretam *Raízes do Brasil* com uma generosidade injustificável para o debate acadêmico.

Parte dos estudos analisa aquele clássico com a reverência que os exegetas se debruçavam sobre os escritos feudais, compreendidos como parte da “verdade revelada”, traduzidos em títulos do tipo “Como devemos entender hoje o *homem cordial* de Sérgio Buarque de Holanda”, ou “A atualidade de Sergio Buarque de Holanda na interpretação do Brasil de hoje” que sacralizam àquele livro, de onde se poderiam – segundo os autores - extrair ensinamentos e paradigmas para interpretações do Brasil contemporâneo.

Mais contidos, autores como Fernando Novais, criticam uma suposta tendência para desqualificar as grandes interpretações do Brasil, principalmente no que se refere aos três livros marcantes da “geração de 30”; Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de

Holanda. Existiriam, segundo Novais, duas linhas que seguem esta tendência: uma que apontaria esses estudos como pouco importantes, pré-modernos e tradicionais, interpretações muito gerais, ultrapassados pela nova produção da Universidade e a outra ligada aos estudos sobre essas obras, centralizados nas investigações sobre as inspirações teóricas presentes nos textos e afirmando a existência de ideologia, o que significaria um demérito. O problema central, penso eu, não é a ideologia como paradigma para interpretações do Brasil e dos brasileiros e sim a **qual** ideologia o autor se filia. Novaes considera existir em Sérgio Buarque de Holanda uma certa “heterodoxia” marxista, que causaria mal-estar entre os marxistas ortodoxos.

Embora tenha como ponto de partida uma análise marxista, minha crítica não se limita a boa ou má utilização das categorias e análises do filósofo alemão e sim ao fato que as interpretações de Sérgio Buarque de Holanda estarem eivadas da ideologia racista que permeou (e permeia) boa parte da produção acadêmica brasileira, tanto a explicitamente conservadora, que tem em Gilberto Freyre a sua maior expressão, como a marxista, daquele importante historiador paulistano.

### **Construindo o “Homem cordial”**

No papel de pensar a humanidade e seu desenvolvimento, o intelectual cria instrumentos de análise para compreender as nações e os homens, estabelecendo categorias e conceitos para essas análises. É a partir da maneira como a nação se vê, de como se entende, da “filosofia” pela qual se norteia que as políticas econômicas, sociais, de segurança, o arcabouço jurídico, o desenvolvimento da educação e a produção da cultura se fazem.

A visão do povo brasileiro, sintetizada por Sérgio Buarque de Holanda, foi perene ao longo do período colonial, no Primeiro Reinado, na Regência e no Segundo Reinado. Mantêm-se, ainda, na República que, se não pode ser caracterizada como ruptura política com o antigo Sistema, menos ainda no que diz respeito a ideologia dos seus protagonistas. Assim como seus antecessores, a oligarquia cafeeira que abraçou o republicanismo continuou se orientando por um pensamento que entendia ser missão divina dos europeus e seus descendentes “civilizar” trazer para o seio da Igreja aqueles povos “selvagens”, “pagãos”,

“atrasados”, “metade demônio, metade criança”, como pontuou um famoso poeta inglês<sup>5</sup>.

Sérgio Buarque de Holanda sustentou que nós brasileiros, somos donos de certas singularidades resultantes da mistura de raças e, principalmente de como a cultura da raça dominante (os portugueses) se impôs, transportando do além-mar vícios, idiossincrasias e características únicas que teriam sido determinantes na nossa formação. Inicia seu livro criticando o “erro da tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas” e considera que somos “...uns desterrados em nossa terra...”<sup>6</sup>, explicitando o incômodo em ser nativo. Chama atenção para nossa alienação em relação ao fruto do trabalho e vaticina que nós brasileiros, somos preguiçosos. Entende como “significativo termos recebido nossa herança de uma nação ibérica”, que só na época do “descobrimento” entrara no “coro europeu”<sup>7</sup>. Pondera, contudo, ter recorrido a indicações “mais ou menos vagas e que jamais nos conduziriam a uma estrita objetividade”<sup>8</sup>.

“Ninguém desenvolveu melhor essa cultura da personalidade”, que o colono português, afirma Holanda. “O que leva ao estoicismo, a sobranceria, ao individualismo, dificultando a organização coletiva uma vez que “todos são barões”<sup>9</sup>. Entende que existiu uma frouxidão da estrutura social e falta de hierarquia organizada. Considera que a isto se devem os episódios mais singulares e os elementos anárquicos que teriam frutificado aqui. Os decretos governamentais, segundo seu raciocínio, teriam nascido da necessidade de conter paixões particulares. Teríamos uma anarquia atávica, uma incapacidade de organização e o trabalho manual e mecânico seria inimigo da nossa personalidade<sup>10</sup>. Afirma que as ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir forma tão típica do nosso caráter como a inclinação a anarquia e a desordem. Considera que os portugueses não têm orgulho de raça, pois já seriam um povo mestiço. Sustenta a ideia de uma escravidão não violenta, patriarcal, mansa, com quase cumplicidade entre “senhor e escravo”, como explicitado na frase: “O escravo das plantações e das minas não era um simples manancial de energia, um carvão humano à espera de que a época industrial o substituísse pelo combustível. Com frequência suas relações com os donos oscilavam da situação de dependência, de protegido e até de solidários e afins. Sua influência penetrava sinuosamente o recesso doméstico, agindo

---

<sup>5</sup>Frase extraída do poema *O fardo do Homem Branco* de Rudyard Kipling, poeta inglês, autor também do “Livro da Selva”, publicado em 1894, que conta a história de Mogli, o menino lobo. Este livro inspirou Baden-Powell a criar o escotismo. Powell, por sua vez, foi sócio e companheiro de armas de Cecil John Rhodes, mercenário inglês que ocupou um território africano à que deu o nome de Rodésia. Os africanos deste país declararam a independência do Reino Unido em 1965 e 1980 mudaram o nome para Zimbábue.

<sup>6</sup> Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1989 (17ª. Ed).Pg. 3

<sup>7</sup> Idem. Pg. 4

<sup>8</sup> Idem. Pg. 4

<sup>9</sup> Idem. Pg. 4

<sup>10</sup> Idem. Pgs. 8 e 9

como dissolvente de qualquer ideia de separação de castas ou raças...”<sup>11</sup>. Afirmava que “... uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial” da qual teria se originado uma certa “moral das senzalas”<sup>12</sup>. Alude a uma suposta contradição entre o privado e o público e que teríamos tendência, devido a nossa educação patriarcal, a desprezar o público em benefício do privado. Introduce uma novidade acerca da “repulsa ao trabalho” por parte dos brasileiros - creditada por outros autores exclusivamente aos indígenas e aos negros – ao incluir o português como também avesso a produzir de maneira sistemática. Partindo da premissa de que existiriam povos aventureiros e povos trabalhadores, enquadra o português no primeiro grupo<sup>13</sup> e aponta outras razões que fariam da preguiça algo inato aos lusitanos. A primeira seria de que este não poderia ser considerado um europeu legítimo, pois mestiço uma vez que a escravidão negra antecedia a 1.500<sup>14</sup> e a miscigenação com os mouros teria ocorrido enquanto durou a dominação da península Ibérica pelos islâmicos. A outra razão seria a proximidade geográfica com o continente africano e com os “ares que vinham de lá”<sup>15</sup>.

A religiosidade dos brasileiros também seria filha de uma “tendência natural a *desritualizar* a religião e as relações sociais e políticas”. A “intimidade” com que trataríamos as nossas divindades, seria uma distorção da “verdadeira religiosidade”, da “verdadeira espiritualidade” que, na sua opinião, se manifestaria nas relações formais, respeitadas e distantes que os europeus teriam com seus santos<sup>16</sup>. Fruto desse conjunto de singularidades que atribui a “classe/raça” dominante e sua interação com as “classes/raças” dominadas, as relações dos grupos sociais no Brasil não se caracterizariam por estamentos e conflitos e sim por formas amenas e fraternais de interagir. Seríamos portanto, um povo que não é dado ao trabalho mas é lânguido, doce, amável, sensual, caloroso, “açucarado”, donos de uma cordialidade inerente. Cordialidade essa que nos faz negar o público a favor do privado. Preferir as relações pessoais, afetivas, íntimas em detrimento das oficiais e protocolares. Seríamos donos de uma cordialidade absolutamente espontânea que, no entanto, não deve ser confundida com polidez civilizada.

Gilberto Freyre considerava que “todo brasileiro (...) traz na alma e no corpo a sombra (...) ou mancha do indígena ou do negro (...) Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de

---

11 Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1989 (17ª. Ed). Pg. 24

12 Idem. Pg. 24

13 Idem. Pg. 103 e 104

14 Idem, 1989, Pg. 11

15 “*Se há um povo dado a preguiça é o Português... falo sobretudo de nós, outros que habitamos o além Tejo e que respiramos de mais perto o ar da África*” é a frase de Clenardo que o autor lança mão para ilustrar a sua afirmação. Nicolau Clenardo (Flandres em 1493 - Granada em 1542), teólogo e pedagogo. Lecionou em Portugal onde tornou-se preceptor do futuro cardeal D. Henrique, exerceu grande influência de caráter modernizador nos meios intelectuais portugueses. Viveu no norte da África onde dedicou-se à conversão ao cristianismo de africanos islamizados. Holanda, 1989. Pg. 19

16 Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. (17ª. ed.) Rio de Janeiro: José Olímpio. 1989. Pg. 11

mamar (...) Da negra velha (...) Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé. Da que nos iniciou no amor físico (...) do menino sempre rodeado de negra ou mulata fácil”<sup>17</sup>. Ao abordar especificamente a relação dos portugueses com as indígenas, não reconhece grandes diferenças em relação as negras e afirma que “nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão do domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora”<sup>18</sup>. Quanto ao comportamento das indígenas, Gilberto Freyre considerava que “por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas aos caraíbas “gulosos de mulher”<sup>19</sup>. Procura desmistificar o amor fraternal propagado pelos jesuítas em relação ao “negro da terra” ao relembrar a frase do santificado padre José de Anchieta que teria afirmado a respeito da catequização indígena que era mais eficaz “a espada e a vara de ferro que a melhor pregação”<sup>20</sup>. Levanta a inédita suspeita de que fosse possível “que se degredassem de propósito para o Brasil visando ao interesse genético ou de povoamento, indivíduos que sabemos terem sido para cá expatriados por irregularidades ou excessos na sua vida sexual: por abraçar e beijar, por usar de feitiçaria para quer bem ou mal, por bestialidades, molície, alcovitice. Ao sermos tão mal povoados, salpicados, apenas de gente branca, convinham super-excitados sexuais que aqui exercessem uma atividade genésica acima da comum, proveitosa talvez, nos seus resultados, aos interesses políticos e econômicos de Portugal no Brasil”<sup>21</sup>. Lamenta, contudo, o fato que de “semelhante intercurso sexual só podem ter resultado bons animais, ainda que maus cristãos ou mesmo más pessoas”<sup>22</sup>.

Na análise do comportamento sexual das mulheres negras discorda do antropólogo e sexólogo inglês Alfred Ernes Crawley (11/07/1867 – 21/10/1924) que considerava os negros extremamente sexualizados e obtemperou que aquela exacerbação sexual é antes resultado da condição de “escrava” da mulher negra, submetida aos caprichos dos senhores, do que de uma sexualidade intrínseca<sup>23</sup>. Todavia, coerente com sua opinião de que existiria uma recíproca atração entre homens brancos e mulheres negras, reproduz modinha de domínio público, recolhida por

---

17 Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record. 1994 (29ª. edição) Pg. 36

18 Idem. Pg. 9

19 Idem. Pg.9

20 Idem. Pg. 48

21 Idem. Pg. 93

22 Idem. Pg. 21

23 Idem. Pgs. 316 à 320

Elói Pontes:

Meu branquinho feiticeiro / Doce ioiô meu irmão / Adoro teu cativo /  
Branquinho do coração / Pois tu chamas de irmãzinha / A tua pobre negrinha  
/ Que estremece de prazer / E vais pescar à tardinha / Mandi, piau e  
corvina / Para a negrinha comer<sup>24</sup>.

Nas relações inter étnicas, para além das relações sexuais, Gilberto Freyre insiste na figura romântica da “boa ama negra que, nos tempos patriarcais, criava o menino lhe dando de mamar, lhe embalava na rede ou berço, que lhe ensinava as primeiras palavras de português errado, o primeiro padre – nosso, a primeira, ave-maria, o primeiro, vote, ou oxênte, que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne e molho de ferrugem, ela própria amolengando a comida”. Considera que os brancos levam para toda a vida algumas lembranças e reminiscências a que nomeia de vultos. “O vulto do moleque companheiro de brinquedo, do negro velho contador de histórias, o da mucama, o da cozinheira. Toda uma série de contatos diversos importando em experiências que se realizavam através do escravo ou à sua sombra de guia, de cúmplice, de curandeiro ou de corruptor”. Considera digno de destaque o moleque da casa, companheiro de brincadeiras do sinhozinho, que por ser mimado muitas vezes utilizava-o como “saco de pancadas” mas com quem mantinha até a adolescência uma relação de camaradagem e cumplicidade<sup>25</sup>, em que pese considerar àquelas crianças brancas verdadeiros “meninos-diabo”, resultado da má educação<sup>26</sup>.

Gilberto Freyre defendeu a existência de uma escravidão diferenciada no Brasil por considerar que houve forte “influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população “brancarana” quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas (...)”<sup>27</sup> e vaticinava que a consequência disso é que “híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto as relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de

---

24 Idem. Pg. 341

25 Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record. 1994 (29ª. edição) Pgs. 335/336

26 Idem. Pg. 368

27 Idem. Pg. 5



contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado”<sup>28</sup> e ainda porque “no caso dos portugueses, ainda mais sem consciência de raça do que os espanhóis”<sup>29</sup>, além de que “a religião tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas, a do senhor e a do negro, nunca uma intransponível ou dura barreira”<sup>30</sup>. Associada a uma “tendência genuinamente portuguesa e brasileira, que foi sempre no sentido de favorecer o mais possível a ascensão social do negro”<sup>31</sup> e que “no brasileiro não subsistiam, como no anglo-americano duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo”. Seríamos duas metades “confraternizantes que se viam mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas”; quando nos complementarmos num todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro”<sup>32</sup>.

Reconhece a contribuição dos negros para a economia nacional. Analisa a enorme riqueza gerada pelo açúcar exemplificando com Pernambuco e o “aumento de produção de açúcar de duzentas mil arrobas em 1584 para passante de cento e vinte navios por ano em 1618 e do número de engenhos de trinta em 1576 para sessenta e seis em 1584/1590 e depois cento e vinte e um, ao findar o primeiro quartel do século XVII”<sup>33</sup>. E segue argumentando que Pernambuco possuía “23 engenhos movidos a bois ou a água, produzindo, em 1576, de 50 a 70 mil arrobas de açúcar. Cada engenho desses construído à razão de 10.000 cruzados mais ou menos; e com 50 peças de escravos ao serviço e 15 ou 20 juntas de bois. E uma produção anual – dos melhores, pelo menos – de 6 a 10.000 arrobas de açúcar mascavo”, argumentando que bem ou mal os senhores de engenho tiveram no Brasil o seu arremedo de taylorismo<sup>34</sup>, “procurando obter do escravo negro, comprado caro, o máximo de esforço útil e não simplesmente o máximo de rendimento”<sup>35</sup>. Cita o senador Silveira Martins que, em 1888, em discurso contra a abolição afirmou: “o Brasil é o café e o café é o negro” para acrescentar que o Brasil era o açúcar e o açúcar era o negro<sup>36</sup>.

---

28 Idem. Pg. 91

29 Idem. Pg. 193

30 Idem. Pg. 356

31 Idem. Pg. 415

32 Idem. Pg. 335

33 Gilberto Freire. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record. 1994 (29ª. edição) Pg. 427

34 Surgido em meados do século XX o *taylorismo* é um modelo de administração considerado científico, desenvolvido por Frederik Taylor (1856-1915) que caracteriza-se pelo ênfase nas tarefas, com o objetivo de aumentar a produção. Em parceria com o *fordismo* (de Henry Ford, 1863-1947), que inaugurou a linha de produção, é um sistema que representa a maximização da produção e dos lucros nas empresas capitalistas.

35 Gilberto Freire. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record. 1994 (29ª. edição) Pg. 44

36 Idem. Pg. 261

Reconhecia que a importação de africanos fez-se atendendo a outras necessidades e interesses, como a falta de mulheres brancas; a demanda por técnicos em trabalhos de metal ao surgirem as minas<sup>37</sup>. Considerava que “Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados, tão somente, pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora<sup>38</sup>. Observou que em “Mato Grosso muitas das práticas ligadas à criação de gado eram de origem africana<sup>39</sup>. Também os instrumentos de ferreiro” e outros “... transmitindo à sociedade em formação elementos valiosos da cultura ou técnica africana”. Conclui que “Viera da África donas de casa para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres sacerdotes e tiradores de reza maometanos<sup>40</sup>. Discorda de Oliveira Martins<sup>41</sup> que afirmava “Há decerto e abundavam os documentos que nos mostram no negro um tipo antropológicamente inferior, não raro próximo do antropóide, e bem pouco digno do nome de homem<sup>42</sup> e opina que “O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase de vida independente, deformado pela escravidão<sup>43</sup>. A sua opinião sobre uma escravidão benigna, em que mesmo as ocupações mais vis eram exercidas pelos africanos e seus descendentes com uma “passividade animal<sup>44</sup>, faz com que considere a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado prejudicial aos negros “de modo que da antiga ordem econômica persiste a parte pior do ponto de vista do bem estar geral das classes trabalhadoras – desfeito em 88 o patriarcalismo que até então amparou os escravos, alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionou-lhes aos filhos oportunidades de acesso social. O escravo foi substituído pelo pária da usina; a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente<sup>45</sup>. Assim nosso principal antropólogo pavimenta o caminho para futuras elaborações acerca dos trabalhadores

---

37 Idem. Pg. 306

38 Idem. Pg. 307

39 Idem. Pg. 307

40 Idem. Pg. 308

41 Joaquim Pedro de Oliveira Martins (30/04/1845 – 24/08/1894), político e cientista social português

42 Gilberto Freire. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record.1994 (29ª. edição). Pg. 314

43 Idem. Pg. 315

44 Idem. Pg.462

45 Gilberto Freire. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record.1994 (29ª. edição). Prefácio à primeira edição, iniciado em Lisboa em 1931 e concluído em Pernambuco, em 1933. Pg. IXXIV

livres na ordem escravista ao vaticinar sobre os “seis milhões de inúteis do cálculo de Couty<sup>46</sup> para uma população de doze” e concorda com Joaquim Nabuco que afirmava em 1883 que “São milhões que se acham nessa condição intermédia, que não é escravo, mas também não é o cidadão... Párias inúteis vivendo em choças de palha, dormindo em rede ou estrado, a vasilha de água e a panela seus únicos utensílios, sua alimentação a farinha com bacalhau ou charque; e a viola suspensa ao lado da imagem”<sup>47</sup>.

### **Desconstruindo o Homem Cordial**

O pensamento de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, ambos contribuintes para a elaboração da síntese do “Homem cordial” se baseia em alguns pilares fundamentais, quais sejam: “O caráter pacífico e a relação fraternal entre colonizadores e escravizados”, “A preguiça atávica de portugueses, negros e indígenas”, “a convicção de que as três etnias que construíram a nação eram atrasadas”; “opção pela miscigenação, acordada entre senhores e escravizadas”, “educação e religiosidade equivocadas” são alguns deles. Esses pilares e outros pontos deles decorrente contribuíram para levar a formulação do “Homem cordial” que traduz um ponto de vista que não é inédito, na maioria dos seus aspectos. Na verdade ele é herdeiro da opinião das elites brasileiras oriundas da Europa e que sempre tiveram aquele continente como (boa) referência. A desqualificação do povo brasileiro, particularmente os descendentes dos nativos e dos africanos tem sido regra no pensamento acadêmico das elites.

De Nina Rodrigues à Gilberto Freyre até Celso Furtado, os negros e os indígenas têm sido sistematicamente apresentados como dados a ociosidade, atrasados, selvagens, impedimentos a civilização etc. Silvio Romero, outro intelectual descendente de senhores de engenho, afirmava que “a África esteve desde a mais remota antiguidade em contato com os egípcios, os gregos (...) e nunca chegou a civilizar-se. Há quatro séculos está em contato com os modernos povos europeus e continua nas trevas”<sup>48</sup>. Curiosa afirmação que não considerava o Egito parte do continente africano e desprezava a enorme contribuição dos africanos à cultura europeia, além da existência de reinos e impérios como da Abissínia, Aksum, Aschanti, Mali, Gao, Monomotapa,

---

46 Louis Couty, *A Escravidão no Brasil*. [1881]. Trad. M.H. Rouanet. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

47 Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record. 1994 (29ª. edição). Pg. 35

48 Silvio Romero. *A Emancipação dos Escravos in Revista Brasileira*. 1891

Iorubá etc, muitos já visitados por europeus naquele período e alguns deles tão antigos que são citados no Al Corão e na Bíblia. Nina Rodrigues também não se furta a registrar sua opinião sobre o africano enquanto “raça” inferior: “...o negro não tem mau caracter, mas somente caracter instável como creança e como creança – mas com a diferença que elle já atingiu a maturidade no seu desenvolvimento phisicologico – a sua instabilidade é consequência de uma cerebração incompleta”<sup>49</sup>. O próprio Gilberto Freyre explicita a opinião desumanizada a respeito do povo brasileiro ao discordar de outros teóricos, seus contemporâneos que consideravam a miscigenação uma tragédia, ao vaticinar que o intercurso sexual entre brancos e indígenas só poderiam resultar em “bons animais”, mas concorda com aqueles intelectuais ao admitir que resultariam “maus cristãos e más pessoas”. Pensamento que permeou as diversas produções acadêmicas desenvolvidas por sociólogos, historiadores, médicos, advogados, antropólogos que visavam o estudo do povo brasileiro - e consequentemente do negro - nas mais diversas disciplinas. Considerar os negros e os povos indígenas inferiores é tão comum no pensamento brasileiro quanto considerar que a escravidão foi amena, com relações que beiravam às familiares.

A opinião a respeito do povo brasileiro, a partir do ponto de vista dos escravistas era generalizada entre intelectuais até meados dos anos 30 do século XX. Está presente na literatura, entre escritores modernistas, como Mário de Andrade, que apesar de tentar subverter essa concepção, continuava preso aos conceitos europeus. Haja vista que a primeira frase pronunciada pela personagem título do romance *Macunaíma* foi “Ai, que preguiça”<sup>50</sup>. E é notório que o autor tentou criar uma personagem mítica que sintetizasse o povo brasileiro. Está presente em *O Cortiço*, de Aluizio Azevedo, onde o português Jerônimo, trabalhador “mourigerado”, casado com Piedade, sério e honesto se deixa seduzir pela “mulata” Rita Baiana dando início a uma série de desgraças que se iniciam com um assassinato e terminam com o alcoolismo dele e de sua esposa, explicitando a opinião corrente – e evidentemente do autor – do perigo que os estrangeiros corriam ao se “contaminarem” com os degenerados brasileiros, em especial os negros, considerados o ponto máximo da degeneração. Está presente na obra de Jorge Amado com suas “mulatas” insaciáveis e promíscuas e seus marginais negros como João Grande de Capitães de Areia que “...doía-lhe a cabeça se tinha que pensar”<sup>51</sup>. Está presente nos cientistas sociais contemporâneos, como Celso Furtado, que vaticinou: “O homem formado dentro desse

49 Raimundo Nina Rodrigues. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (1894). Brasília: EUNB, 1988. Pg. 123

50 Mario de Andrade. *Macunaíma*. São Paulo: Agir-Sinergia: 2008. Pg. 9

51 Jorge Amado. *Capitães de Areia*. Rio de Janeiro: Record (69ª. edição) 1989. Pg. 28

sistema social (a escravidão) está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza lhe é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental, limita extremamente suas necessidades. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – o que estão delimitadas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio”<sup>52</sup>.

Gilberto Freyre é o autor que de maneira mais completa mitificou as relações raciais no Brasil e está entre aqueles que mais aprofundadamente desenvolveram uma leitura rósea da escravidão, chegando ao ponto de considerar o seu fim como prejudicial aos negros e afirmar que aquele regime amparou, alimentou com abundância, socorreu na velhice e na doença, proporcionando ascensão social aos filhos dos escravizados que, por sua vez, demonstravam apenas a “passividade animal”, como já apontamos anteriormente. Merece destaque o caráter romântico que emprestou ao estupro continuado de crianças e adolescentes negras e indígenas pelos portugueses e seus descendentes quando oferece o seu olhar na interpretação das relações de homens brancos com mulheres negras, pontuada pela reprodução da citada modinha, que dificilmente teria sido composta por uma mulher negra, dentre outras razões pelo fato de que a grande maioria não era alfabetizada. Sendo que o mais provável é que fossem palavras de um jovem branco, que além de exaltar o cativo como algo positivo, se vê como o “branquinho” que enfeitiça a moça negra.

O autor, além de tornar a opressão sexual exercida pelo homem branco contra as indígenas e negras um ato quase lírico, ao afirmar que “todo brasileiro lembra da negra, da mulata etc”, deixa claro que considera brasileiro apenas os homens, que foram donos de escravizados. Os milhões de filhos de povos nativos, das diversas nações africanas e mesmo os imigrantes e degredados europeus pobres, que nunca possuíram escravizados ou eram proprietários de quantidade ínfima de cativos, não podendo estabelecer aquele tipo de relação, eram desprezados e invisibilizados como brasileiros.

Quanto às mulheres indígenas, também sistematicamente violentadas pelos conquistadores, sua sexualidade – que ainda não sofrera a feroz repressão cristã – era apresentada por aquele autor como uma espécie de tara. Ao afirmar que supunham serem os portugueses deuses, o autor evidentemente confunde o comportamento das mulheres indígenas brasileiras

---

52 Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras. (12ª. Ed.) 1974. p. 167

com o que supõe ser o comportamento das indígenas da América espanhola, devido aos prováveis equívocos de interpretações quando do primeiro contato com os europeus<sup>53</sup>. A hipótese levantada por Gilberto Freyre, que a violência sexual contra as indígenas e negras atendiam aos interesses da metrópole e sua necessidade colonizadora de povoar de mestiços o território invadido é plausível e indício de que o estupro sistemático e planejado poderia ter feito parte dos planos de conquista e poder de Portugal. Hipótese que, curiosamente, contribui para desconstrução do mito da escravidão amena por ele defendido.

A “romantização” das relações inter étnicas, a defesa de uma atração recíproca entre homens brancos e mulheres negras, a afirmação de uma escravidão doce, como se o escravizado fizesse parte da família estendida, a afirmação do caráter do colono como ausente de “orgulho de raça” ou “preconceito de cor” e as opiniões decorrentes destes paradigmas levou a que as análises e elaborações teóricas de Gilberto Freyre pavimentassem o caminho de outros estudos acadêmicos – e mesmo o senso comum – no sentido de que ao sair de um regime econômico e social tão ameno para outro onde, do ponto de vista legal, todos se tornaram iguais, naturalmente desembocaríamos numa “democracia racial”. Expressão que não foi cunhada pelo antropólogo pernambucano que, não obstante, contribuiu com todo o arcabouço teórico que a justificou, permitindo que outros a verbalizassem e passassem a se comportar politicamente como se ela existisse.

Há que se ressaltar que Freyre foi, em seu tempo, responsável por uma produção acadêmica inédita e de contraposição à parte considerável dos seus contemporâneos ao desenvolver estudo tão aprofundado da escravidão, das relações entre negros, indígenas e brancos e o papel de cada um – em especial o papel positivo dos negros – na construção da sociedade brasileira, contestando explicitamente Nina Rodrigues e Roquette-Pinto<sup>54</sup>, defensores convictos da inferioridade dos africanos. Todavia, ao tratar com desprezo os brasileiros que não eram nem senhores nem escravizados e considerar que esse grupo “marginalizado” se avolumou ao fim legal da escravidão, ganhando contornos trágicos, contribuiu para inaugurar uma teoria que considerava negativa àquela massa de trabalhadores. Essa teoria foi desenvolvida de forma

---

53 Alguns historiadores sustentam que a campanha de conquista do Império Asteca pelos espanhóis, liderada por Hernán Cortés, iniciada em 1519, coincidiu com o ano de Ce-Acatl, o 52º do calendário cíclico daquele povo. Por causa disso, parte dos indígenas teria acreditado que os europeus seriam divindades que acompanhavam Quetzalcóatl, um dos seus principais deuses, no seu retorno triunfal à terra, previsto para aquele ano. Esses fatores fizeram com que alguns pesquisadores passassem a argumentar que a “pouca resistência” à invasão estrangeira teria sido resultado daquela interpretação. Gilberto Freyre *sexualiza* a suposta pouca resistência e transfere automaticamente às indígenas brasileiras (que não comungavam dos mesmos mitos dos astecas) supondo que estas considerassem os portugueses divindades também.

54 Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record. 1994 (29ª. edição). Pg. 357/358

mais cuidadosa por Caio Prado Junior<sup>55</sup>, que desqualificou os estratos sociais compostos de pobres livres, ou libertos criando um novo paradigma na interpretação do povo brasileiro impregnando a produção acadêmica subsequente. Em verdade, Caio Prado se apropria do senso comum já veiculado pela literatura, no mínimo duas décadas antes, como na obra clássica do eugenista<sup>56</sup> Monteiro Lobato, onde a personagem Jeca Tatu era mais um que tinha como principal característica a preguiça.

Florestan Fernandes, contrapõe a “preferência pelo ócio” à constatação que a população negra foi atirada na miséria, sem nenhuma espécie de compensação pelos anos de escravidão, sem condições de sobreviver e com o agravante da vinda dos imigrantes europeus no final do século XIX para ocupar o lugar (que naturalmente seria ocupado pelo ex-escravizado) como força de trabalho assalariada<sup>57</sup>. A política patrocinada pelo Estado, em parceria com poderosos fazendeiros (como senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, por exemplo) de substituição do trabalho do negro pelo do imigrante, para aquele sociólogo, foi fatal e condenou essa parcela da população à marginalidade.

Os números oficiais dão conta da quantidade de imigrantes introduzidos no país ao longo do século XIX, que no seu início possuía 54% da população de São Paulo composta de negros e “mulatos”, entre escravizados e livres. Todavia, no final do século (1872) esta quantidade foi reduzida para 37% e em 1886 para 21%. Enquanto isso, os estrangeiros cresciam de 922 indivíduos (3%) em 1854 para 12.085 (25%) em 1886<sup>58</sup>. “Ora, a revolução social vinculada à desagregação da produção escravista e da ordem social correspondente não se fazia para toda a sociedade brasileira. Seus limites históricos eram fechados (...) Naqueles limites, não cabiam nem o escravo e o liberto, nem o negro ou o branco pobre como categorias sociais. Tratava-se de uma revolução das elites, pelas elites e para as elites; no plano racial, uma revolução do branco para o branco (...)”<sup>59</sup>, analisa Florestan sobre o processo de transição e dá assim, a dimensão da exclusão a que foi submetido o negro na construção do país, particularmente na transformação do

---

55 “...número que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma” Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011. Pg. 279

56 Eugenia é um termo criado em 1833 por Francis Galton (1822-1911), significando “bem nascido”. Galton definiu eugenia como “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”. Em 1917 seria fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, sob a liderança de Renato Ferraz Kehel, do qual participaram intelectuais como Monteiro Lobato. Em 1929, o movimento se fortaleceria ainda mais com a criação do Boletim de Eugenia, neste mesmo ano seria realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, presidido pelo médico legista e antropólogo Edgard Roquette Pinto.

57 Florestan Fernandes. *A integração do Negro à Sociedade de Classes*. São Paulo: FFLCH/USP. 1964 (Tese de livre docência). Pg. 3 e 9

58 Idem. Pg. 9

59 Idem. Pg. 13

modelo econômico escravista para o assalariado. No que diz respeito as mudanças sociais que o fim da escravidão proporcionou obtempera que “como os privilégios construídos no período escravista, estes ficaram intocados”. “Não obstante, desvinculada da estrutura de classes da sociedade brasileira atual, da marginalização secular que tem vitimado o negro nas várias etapas da revolução burguesa e da exploração capitalista direta ou da espoliação inerente à exclusão...”<sup>60</sup>.

Buscando compreender a dinâmica social que levou a marginalização dos escravizados e seus descendentes após 350 anos de cativo, Florestan inicia sua análise nos primórdios da colonização e constata que os primeiros escravizados desembarcaram em São Vicente, em 1549 a partir de uma autorização de D. João III que permitia a cada colono importar até 120 africanos. Em “1586 as estimativas davam conta de uma população de cerca de 57.000 habitantes e deste total 25.000 eram brancos, 18 mil índios e 14.000 negros... em 1798, para uma população de 3.250.000 habitantes, haviam um total de 1.585.000 escravos, dos quais 221.000 pardos e 1.361.000 negros, sem contarmos os negros libertos, que ascendiam a 406.000”<sup>61</sup>. “No século XVIII, o qual, segundo o historiador Pandiá Calógeras, foi o de maior importação de africanos, a média teria chegado a 55.000 entrados anualmente. Essas estimativas variam desde o historiador Rocha Pombo, que calcula em torno de dez milhões (...) até Renato Mendonça, que afirmou ter sido de 4.830.000”<sup>62</sup>.

Quanto a escravidão patriarcal, filial, amena e doméstica, Clovis Moura, outro sociólogo não oriundo das elites, afirma que a jornada de trabalho estafante, de 14 à 16 horas diárias, as péssimas condições de higiene, a má alimentação e exposição a intempéries faziam com que a vida útil de um escravizado variasse entre 7 e 10 anos<sup>63</sup> Costa<sup>64</sup> informa que a mortalidade infantil entre os escravizados atingia a cifra de 85%, demonstrando que esta representou um infanticídio perene ao longo dos três séculos que perdurou. O massacre cultural e religioso também foi intenso contra os africanos e seus descendentes. A imposição de uma estética, de valores éticos e principalmente da religião católica era fundamental para o projeto de dominação e contrapõe as interpretações de relações democráticas e paternas idealizadas por Gilberto Freyre “daí porque a Igreja procurou através daquilo chamado posteriormente de sincretismo, penetrar e desarticular o mundo religioso do africano escravizado (...) batizando-o coercitivamente (...) com tentativas via estrutura do poder de monopolizar o sagrado e influir

---

60 Idem. Pg. 13

61 Clovis Moura. *Historia do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Ática (2ª. edição) 1992. Pg. 8

62 Idem Pg. 8

63 Idem. Pg. 17

64 Emilia Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Cia. Das Letras. 1999



poderosamente no plano social e político<sup>65</sup>.

O tratamento diferenciado ao indígena não impediu que nos primeiros duzentos anos de colonização sofresse escravidão tão violenta quanto os negros. O que a diferencia da escravidão negra é que durante o período da escravidão indígena houve acirrada disputa entre os “paulistas” que pretendiam a escravidão pura e simples e os padres da Companhia de Jesus<sup>66</sup>, que advogavam uma forma de dominação semelhante a que as metrópoles europeias impuseram em território africano, asiático e mesmo, na América espanhola: a construção de uma sociedade colonial, onde o elemento nativo seria inserido de maneira subalterna, produzindo para a metrópole, mas organizado em comunidades administradas e orientadas espiritualmente pelas lideranças religiosas, evidentemente brancos e europeus. Após dois séculos de escaramuças e o extermínio de milhões de nativos, os jesuítas, embora expulsos em 1759 por ordem do Marques de Pombal, conseguiram impor, parcialmente, sua estratégia e os indígenas – com sua organização social, econômica e política arrasadas, sua religiosidade vilipendiada e até suas terras subtraídas – se viu obrigado, na maioria, inserir-se de forma subalterna à sociedade que o branco criou na colônia. Monteiro<sup>67</sup> afirma que “esses povos indígenas resistiram com maior ou menor sucesso as conseqüências do “processo civilizatório”; a escravidão e a pressão do integracionismo que resultou na redução de suas terras e sua conseqüente assimilação como mão de obra barata”.

### **Sinais da “cordialidade”**

As características defendidas por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda acerca da índole do povo brasileiro (e as elites em particular), portanto das relações senhor/“escravo”, são altamente questionáveis. No que diz respeito a docilidade, mansidão, cordialidade do povo brasileiro e afirmações como a que considera a sociedade colonial brasileira a mais harmoniosa dentre as demais colônias americanas e a escravidão benigna, a história está repleta de exemplos que às contradizem. Tanto no que diz respeito a extrema violência dos portugueses e seus descendentes, que formaram a elite brasileira, como também da resposta violenta dos oprimidos, durante todos os últimos quinhentos anos. A Confederação dos Tamoios, o massacre dos

65 Clovis Moura. *Historia do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Ática (2ª. edição) 1992 Pg. 34

66 Os dominicanos, Bartolomeu de Las Casas, bispo de Chiapas, no México e Juan Ginés de Sepúlveda, tutor do príncipe Felipe, da Espanha, entre os anos de 1550 e 1551 protagonizaram profundo debate acerca do conceito de “guerra justa” e da escravização ou não dos indígenas. As posições antagônicas dos dois religiosos possuíam adeptos em São Paulo. Colocando em prática as teses de Las Casas, os membros da Companhia de Jesus se contrapunham a escravidão pura e simples dos indígenas, praticada pelos “paulistas” que, por sua vez, estavam em consonância com o que pregava Sepúlveda, embora provavelmente nunca tenham lido suas teses.

67 John Manuel Monteiro. *Negros da Terra – Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras. 1994

Tupinambás, o massacre de N'Angola Janga - nomeada Palmares pelos brancos -, a Revolução Praieira, a Cabanagem, a Balaiada, o massacre de Canudos, a Revolta da Chibata e de Contestado são exemplos dentre tantos outros.

Todavia, o episódio que contesta de maneira cabal o “caráter pacífico” do brasileiro, sustentado por aqueles autores, foi a guerra genocida que as elites brasileiras, argentinas e uruguaias perpetraram contra o Paraguai, entre os anos de 1864 e 1870. Conflito que ocorreu num momento oportuno para as elites uma vez que veio no bojo do projeto de branqueamento do Brasil e o envio de milhares de jovens negros para matar e morrer no Paraguai atendia a esses objetivos. Para tanto, eram convocados pelo exército, embarcados, sem direito a protesto e cinicamente nomeados de “voluntários da pátria”<sup>68</sup>. Estratégia que, na verdade, representou uma espécie de efeito colateral uma vez o que objetivo principal da Tríplice Aliança era atender os interesses do Império Britânico.

As violências praticadas pelo exército brasileiro contra o povo paraguaio, não tem paralelo na história do nosso país e se ombreiam com os grandes genocídios da humanidade, todos eles protagonizados pelas autoridades máximas do exército, em especial seus dois principais comandantes: Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias e Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, príncipe consorte, marido da Princesa Isabel, o Conde D’Eu. O primeiro, para não deixar margens de dúvida, escreveu de próprio punho ao Imperador em 18 de setembro de 1867: “O General Mitre está resignado e sem reservas as minhas ordens: ele faz, quando lhe indico, como tem estado muito de acordo comigo em tudo, ainda enquanto as que os cadáveres coléricos se joguem nas águas do Paraná, já da esquadra como de Itapiry para o contágio as populações ribeirinhas (...)”<sup>69</sup>.

Note-se que ele não se refere ao exército inimigo e sim a população civil. O segundo conseguiu se notabilizar por uma crueldade tão descabida, que faz levantar dúvidas acerca da sua sanidade mental. Na batalha de Peribebuy, além de determinar a degola de todos os prisioneiros, ordenou que se trancasse o hospital local, com todos os doentes dentro (a maioria velhos e crianças) e que se ateasse fogo. Mandou ainda, que o exército cercasse o local de maneira a que fosse morto a espada quem conseguisse fugir dali<sup>70</sup>. Em outra batalha, chamada de Acosta Ñu, três mil e quinhentas crianças paraguaias de 9 a 15 anos enfrentaram vinte mil soldados aliados.

---

68 Chiavenatto informa que no exército imperial do Brasil, para cada soldado branco, havia nada menos do que quarenta e cinco negros. Júlio José Chiavenatto. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense. 1994. Pg.11

69 Júlio José Chiavenatto. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense. 1994. Pg.139

70 Idem. Pg.140

E quando, ao final do dia as mães tentavam resgatar os corpos, o Conde D’eu mandou por fogo na macega para onde as mães fugiam com os pequenos cadáveres. Muitos meninos, derrotados, agarravam-se chorando às pernas dos soldados aliados, implorando pela vida. Ainda assim, a mando do Conde, eram degolados<sup>71</sup>.

Duque de Caxias defendeu, ao final da guerra, quando mais de 90,0% da população masculina adulta do Paraguai havia sido morta e a resistência se fazia por adolescentes e crianças, que seria necessário “converter em fumo e pó toda a população paraguaia, para matar até o feto do ventre da mulher”. Estes são alguns exemplos da “índole pacífica” e da “cordialidade” das elites brasileiras.

A argumentação de “falta de orgulho de raça” dos portugueses pode ser rebatido com os trechos iniciais do principal poema épico daquele povo, que exalta a construção da nação lusitana, a composição do seu povo, procura legitimar a nobreza e busca ombrear as “grandes navegações” com as mais importantes aventuras e tragédias clássicas (Os Lusíadas, de Luiz de Camões). A busca obcecada por desqualificar o povo brasileiro e cristalizá-lo numa posição hierárquica inferior frente às demais nações é resultado da visão eurocêntrica e colonizada daqueles autores.

Faz com que Sérgio Buarque adentre inadvertidamente no debate teológico ao afirmar que a religiosidade e a espiritualidade manifestada pelos brasileiros não seria a verdadeira nem a correta, esquecendo que o catolicismo nunca foi puro, ao contrário, é resultado da absorção e incorporação dos mais variados elementos culturais dos povos pagãos europeus, dos hereges, além da hierarquia e forma de administração secular romana. Desconsidera que a escolástica católica – consolidada pelo africano Santo Agostinho (Tagaste, Argélia, 354 – Hipona, 430) e o europeu São Thomas de Aquino (Roccasecca, Itália 28/01/1225 – Privermo 07/03/1274) é resultante de um conjunto de elaborações filosóficas pré-cristãs, com destaque para o persa Maniqueu<sup>72</sup> e os gregos Sócrates, Platão e Aristóteles. Portanto, defender purismo ou “verdadeira religião” para católicos é enveredar por uma região pantanosa, de onde estudiosos com dedicação exclusiva a este tipo de estudo preferem não caminhar.

Ao reafirmar a suposta preguiça atávica do povo brasileiro Sérgio Buarque de Holanda,

---

71 Idem. Pg.140

72 Maniqueu, também conhecido como Manés, foi um filósofo (considerado profeta) que defendia a ideia de uma luta infinita e irreconciliável entre o bem e o mal, cabendo ao Homem fazer sua escolha. O pensamento maniqueísta influenciou vários outros filósofos na época, dentre eles, Santo Agostinho, considerado responsável por incluir no pensamento cristão partes daquela elaboração teórica.

que elabora esse pensamento a partir de Gilberto Freyre, se apropria de opinião vulgar e não conta com absolutamente qualquer fundamentação científica (até por que preguiça é altamente subjetivo) e parte unicamente da visão do europeu escravista. A revolução burguesa na Europa estabeleceu uma série de novos paradigmas. Um deles foi a forma de organizar e entender o trabalho. Produzir riqueza e o lucro, para ser apropriado pela nova classe dominante passou a ser valor inquestionável. Ao se transferirem para o Brasil, o colono português em busca de ascensão social, que tinha no senhor feudal o exemplo mais acabado da condição que sonhava, trouxe ainda, embutido na sua cultura esse valor fundamental burguês, então em ascensão na Europa.

A elite brasileira, filha deste colono, entendia ser obrigação divina que o “gentio da terra” e o africano trabalhassem para eles. Ao mesclarem a visão feudal e a consequente relação servo/senhor e os novos conceitos da revolução burguesa, aumentaram a certeza da obrigatoriedade do trabalho das “raças inferiores” em seu benefício. Trouxeram, ainda, no imaginário, uma série de concepções, crenças, esperanças que não poderiam se cumprir, pois fantasiosas, a respeito de riquezas colossais, seres maravilhosos, proximidade com o Éden bíblico, animais mitológicos etc, como demonstrou o próprio Sérgio Buarque de Holanda noutro escrito<sup>73</sup>.

Gilberto Freyre, por exemplo, se refere a europeus que “ (...) atraídos pela possibilidade de uma vida livre, inteiramente solta, no meio de muita mulher nua, aqui se estabeleceram por gosto ou vontade própria (...)”<sup>74</sup>. O modo de vida dos habitantes originais da Colônia, a integração com a natureza, que não lhe era hostil como na Europa, o comportamento contemplativo e a manutenção da sobrevivência sem nenhuma necessidade de acumular, aos olhos do europeu significava indolência, falta de coragem, preguiça. Características que passaram a creditar como intrínsecas àqueles povos que, não obstante, sustentaram a economia da colônia durante aproximadamente duzentos anos, objetos de uma escravidão tão violenta que, associada a disseminação de doenças e massacres dizimou diversas nações indígenas. Assim mesmo, o europeu, tanto por incompreensão do modo de vida dos indígenas quanto pelo seu ponto de vista de senhores, continuou achando os indígenas e seus descendentes pouco dispostos para o trabalho.

O africano, submetido durante mais de três séculos a também genocida escravidão, sustentou economicamente as famílias brancas, a colônia, a metrópole e os reinados brasileiros com seu trabalho. Para o europeu e seus descendentes, todavia, o escravizado nunca havia trabalho o suficiente. A lógica daquele modelo econômico era a exigência crescente de mais trabalho, maior

---

73 Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso – Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras. 2010

74 Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record. 1994 (29ª. edição). Pg. 38

produtividade, maior lucro. É da natureza da escravidão ou de qualquer modo de produção em que a força de trabalho de *outrém* seja explorada, que a jornada de trabalho tenha como único limite a necessidade de preservação física da “peça” responsável pela produção da riqueza. Era irrelevante para o dono de escravizados se a carga horária de trabalho atingia de 14 à 18 horas diárias, com péssima alimentação, condições de higiene, moradia e total ausência de proteção contra as intempéries. Para o branco escravista, o negro, assim como indígena, trabalhava pouco.

A novidade no texto de Sérgio Buarque é o fato de creditar também ao português a pecha de preguiçoso, contudo, a afirmação vem acompanhada de justificativas que se baseiam tão somente na reafirmação de preconceitos. Sem qualquer comprovação científica, o autor classifica os portugueses de “aventureiros” em contraposição à outros povos, que seriam “trabalhadores”, o que o levaria à individualismo tal que se tornou necessário a elaboração de legislação para “conter paixões particulares”. Credita o autor exclusivamente aos lusitanos características que, em verdade, podem ser observadas universalmente, como pontuou Hobbes ao considerar que “Homem é o lobo do próprio Homem”, só controlável com a imposição de um Estado capaz de administrar os impulsos particulares em benefício do coletivo<sup>75</sup>.

O fato de já existir escravidão negra antes de 1.500 em Portugal, com a consequente miscigenação, segundo Holanda, faria do português herdeiro dos maus hábitos dos negros. A proximidade geográfica com o continente africano completaria o rol de fatores degenerativos daquele povo europeu. Conclui assim que as principais razões para a “preguiça” do português estariam no fato de não ser europeu legítimo - pois é mestiço - e geograficamente estar mais próximo da África do que o restante da Europa, portanto absolutamente “contaminado” com a “raça inferior”. Poucas afirmações de cientistas sociais brasileiros são tão inequivocamente racistas.

A ideia de que o Brasil foi construído por “povos atrasados” é reiterado por Sérgio Buarque de Holanda ao considerar significativo termos sido colonizados por um dos países ibéricos “que teriam entrado tardiamente no coro europeu, só se ombreando com os demais à época das grandes navegações<sup>76</sup>. Que época foi essa? A partir da segunda metade do século XV, coincidindo com o fim do período feudal que na divisão clássica dos períodos da história vai de 476 com o fim do Império Romano do Ocidente, à 1453, com a tomada de Constantinopla,

75 No livro *Leviatã*, o inglês Thomas Hobbes (05/04/1588 – 04/12/1679) argumenta que o Homem no seu estado natural é agressivo e autodestrutivo, tornando-se o “lobo” dele próprio. A única forma de conter o seu comportamento animal seria o estabelecimento de um “contrato social” onde ele abre mão de parte de sua liberdade em nome de um Estado absoluto, com poderes similares ao monstro mítico *Leviatã*.

76 Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso – Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras. 2010. Pg. 4.

capital do Império Bizantino, pelos turcos, quando também se iniciavam a Escola de Sagres e as “grandes navegações”, em pleno Renascimento.

A maior característica da sociedade europeia ao longo desses quase mil anos foi a sociedade feudal. É um anacronismo classificar as nações naquele período como atrasadas ou adiantadas, uma vez que nenhuma delas existia efetivamente dentro do conceito de nação que temos hoje. Importante lembrar ainda que a primeira revolução burguesa ocorreu em Portugal, em 1383, quando o último rei da dinastia de Borgonha, D. Fernando I, morreu sem deixar herdeiros, abrindo uma feroz disputa pelo trono, com um grupo liderado por Dona Leonor Teles (sua viúva), apoiada pela nobreza tradicional e defensora da união de Portugal ao reino de Castela e outro grupo liderado por D. João (Mestre de Avis e irmão ilegítimo de D. Fernando), com apoio da burguesia emergente, da nobreza militar e das plebes urbanas e rurais. D. João saiu vitorioso do conflito, iniciando nova dinastia em Portugal, marcada pela consolidação de aliança com a burguesia.

O absolutismo, como modelo político, foi a consequência natural desse tipo de aliança entre monarquia e burguesia, a quem o fracionamento feudal não interessava. O êxito da nova dinastia foi demonstrado pelo extraordinário crescimento econômico de Portugal que o tornou pioneiro nas “grandes navegações”, ocasião em que portugueses chegaram aos mais longínquos lugares do planeta, impondo o seu sistema colonial a outros povos, muito à frente, portanto, de nações como França e Inglaterra que só superaram Portugal e Espanha um século depois com o advento do capitalismo industrial ou Itália e Alemanha, que vieram a se tornar países unificados em 1870 e 1871, respectivamente. A qual *atraso*, portanto, se refere Sérgio Buarque de Holanda? As opiniões do autor de *Raízes do Brasil* – e outros na mesma direção – de que a escravidão não significou uma violência considerável ao escravizado, negro ou indígena, são defendidas ilustrando-se o que consideravam a escravidão doméstica no Brasil.

O negro fora do eito - além de ser exceção e não regra como querem estes autores – enfrentava um cotidiano infernal. Quando criança servia de “saco de pancadas”, como reconhece o próprio Gilberto Freire<sup>77</sup>, embora contraditoriamente afirme uma relação fraternal e amigável entre o “sinhozinho” e o “moleque” da casa<sup>78</sup>. Se menino, desde cedo já obrigado a todo serviço que suportasse, sem acesso a qualquer tipo de informação e condenado a humilhações diárias.

---

77 Gilberto Freire. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record.1994 (29ª. edição). Pg. 375

78 Gilberto Freire. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record.1994 (29ª. edição). Pg. 375

Quando do sexo feminino, somava-se a isso, o estupro do dono, de seus filhos e parentes além da perseguição das mulheres brancas, que creditavam a ela a responsabilidade por aqueles ataques sexuais. Uma vez adulto o trabalho era pesado, não tanto quanto o do eito, é verdade, mas convivia com o terror de estar sempre às vistas do dono, da “sinhazinha” e vítima de todos os seus caprichos. Enfrentava, ainda, um drama adicional, pois muitas vezes era visto com desconfiança pelos escravizados que trabalhavam no eito.

A esmagadora maioria da escravidão, todavia, se deu na produção, nas grandes fazendas, nos engenhos, nas minas, nas charqueadas, no transporte, em todo o setor que produzia riqueza a ser apropriada pelos donos de escravizados, pela administração colonial e pela metrópole. A escravidão no Brasil foi um modelo econômico que durou aproximadamente 350 anos. A economia da colônia e da metrópole (e depois durante o império) girava em torno da escravidão e toda riqueza acumulada nesse período tem origem no braço escravizado. O trabalho do escravizado não é resultado da iniciativa episódica e caprichosa de ricos e nobres que preferiam ser servidos em suas casas por homens e mulheres negros.

O negro doméstico era uma minoria insignificante enquanto grupo social diferenciado, não mantinha essa relação filial e amena com o senhor. E ao escravizado, na sua maioria seria impossível este tipo de relação. O “escravo” era um ser anônimo no meio do canavial, do cafezal ou no interior de uma mina; obrigado a produzir de sol a sol e sua relação cotidiana era com os feitores, mestres, funcionários subalternos e não com o proprietário.

### **O legado do “Homem Cordial”**

Seria impossível que três séculos e meio de escravidão não deixassem marcas indeléveis na organização social que a substituiu, principalmente se considerarmos que a duração desta, representa aproximadamente 1/3 da duração daquela. Não obstante as consequências econômicas, sociais e culturais de tão longo regime, a forma como se deu a transição para o trabalho assalariado contribuiu para cristalizar o abismo entre brancos e negros. Se do ponto de vista jurídico, todos passaram a ser “iguais perante a lei” a partir de maio de 1888, as condições de trabalho, acesso a moradia, a terra, a educação, a participação social e política e até o direito a manifestações culturais e ao lazer dos brancos foram diferentes das oferecidas ou permitidas aos negros.

Os 350 anos de escravidão deixaram um legado que ainda se faz sentir passado mais de um século do seu término, agravadas pelos mecanismos criados pelo Estado brasileiro e pelos setores abastados para a mudança econômica que a substituição da mão de obra escrava pela assalariada implicava. “A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência garantias que os protegessem na transição (...)”, afirma Florestan Fernandes<sup>79</sup> e denuncia que, quanto aos senhores, foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos e numa extraordinária inversão da justiça social foram indenizados pelo Estado. Enquanto o liberto “se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável pela sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza (...)”<sup>80</sup>.

A dificuldade de acesso à terra, o impedimento de acesso ao trabalho, a proibição à educação, a preferência dos empregadores pelos estrangeiros<sup>81</sup> e a estigmatização social fez com que os ex-escravizados tivessem “que optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se a massa de desocupados e de semi ocupados da economia de subsistência (...)”<sup>82</sup>. Como se não bastasse, quando conseguiam o tão almejado trabalho, o pagamento dificilmente era equivalente ao pago para os demais trabalhadores devido a “propensão dos ex-senhores, mencionados, tenazmente pelos informantes negros e mulatos, se recusarem a pagar pelo serviço de negro ou pela inclinação alternativa de lhe atribuir um valor vil, em flagrante contraste com o que sucedia, em situações análogas, no intercâmbio com os estrangeiros”<sup>83</sup>.

Florestan compreende que “a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano (...)”<sup>84</sup>. Ouso acrescentar que a marginalização do ex-escravizado e seus descendentes não é resultado apenas da omissão dos

---

79 Florestan Fernandes. *A integração do Negro à Sociedade de Classes*. (Volume 1) São Paulo: Editora Globo. 2008. Pg. 29

80 Florestan Fernandes. *A integração do Negro à Sociedade de Classes*. (Volume 1) São Paulo: Editora Globo. 2008. Pg. 29

81 Ramatis Jacino. *Transição e Exclusão – O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós abolição 1912/1920*. São Paulo: Nefertiti. 2014. Pgs. 139 à 194

82 Florestan Fernandes. *A integração do Negro à Sociedade de Classes*. (Volume 1) São Paulo: Editora Globo. 2008. Pg. 31

83 Idem. Pg. 93

84 Idem. Pg. 36



grupos dirigentes, é também devido a sua ação<sup>85</sup>. Essa exclusão se manifestou na representação social e política, uma vez que a “formação da ordem social competitiva e consolidação do regime de classes sociais em São Paulo, em torno das figuras dominantes do fazendeiro e do imigrante e com exclusão quase total do negro ou do mulato como agentes históricos socialmente significativos<sup>86</sup>”.

Portanto, conclui Florestan Fernandes, a decantada “democracia racial” decorrente de todo aquele conjunto de interpretações acerca da escravização que “germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo do escravo, contendo muito pouco fel e sendo suave, doce e cristãmente humano<sup>87</sup> e seu final só poderia ser classificada como um mito que se evidencia em três planos distintos: Primeiro, generalizou um estado de espírito farisaico, que permitia atribuir à incapacidade ou à irresponsabilidade do negro os dramas humanos da “população de cor”. Segundo, isentou o branco de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais, de alcance social e de natureza coletiva, perante os efeitos sociopáticos da espoliação abolicionista e da deteriorização progressiva da situação econômica do negro e do mulato. Terceiro, revitalizou a técnica de focalizar e avaliar as relações entre “negros” e “brancos” através de exterioridades ou aparências dos ajustamentos raciais, forjando uma consciência falsa da realidade racial brasileira<sup>88</sup>”.

## Conclusão

No início deste texto aponte que a origem de classe, “raça”, gênero, classe social e origem geográfica contribuem de forma significativa para construção do “olhar” que o cientista social desenvolverá sobre o objeto do seu estudo. Evidentemente ao me referir a essas condições, não pretendo estabelecer um determinismo em que o cientista social estaria condenado a priori a uma interpretação limitada por conta daquelas condicionantes. Não existem dúvidas que este faz suas opções. O que chamo a atenção, todavia, é para o fato de que as opções não se dão por acaso, são influenciadas por aquelas condicionantes.

---

85 Ramatis Jacino. *O Branqueamento do Trabalho*. São Paulo: Nefertiti.2008. Ramatis Jacino. *Transição e Exclusão – O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós abolição 1912/1920*. São Paulo: Nefertiti. 2014

86 Florestan Fernandes. *A integração do Negro à Sociedade de Classes*. (Volume 1) São Paulo: Editora Globo. 2008. Pg. 36

87 Idem. Pg. 309

88 Idem. Pg. 311

A produção acadêmica que faz aquele tipo de leitura da história do Brasil, do desenvolvimento do seu povo e, em especial, da participação dos negros nos processos históricos, optou por trabalhar com fontes primárias produzidas pelas oligarquias, que são importantes mas não únicas. Discursos e textos produzidos por fazendeiros, parlamentares e chefes dos executivos, leis, as “exposições de motivo” que às justificam e documentos da polícia que foram exaustivamente utilizados por aqueles autores, sem o devido distanciamento crítico. Já Florestan optou por utilizar esses mesmos documentos para balizá-los com a narrativa dos escravizados e seus descendentes, seja na forma de documentação escrita (jornais, cartas pessoais etc.), seja pelo recolhimento de depoimentos orais.

Para além do debate historiográfico do papel da história oral e escrita, para além da discussão acerca do tratamento dado as fontes, esse tipo de escolha é determinante para o estabelecimento de um ou de outro “ponto de vista” no estudo da história e da organização da nossa sociedade. E foi essa escolha que permitiu olhares tão diametralmente opostos como aqueles que procuramos analisar nesse texto. Florestan Fernandes foi suficientemente parcimonioso ao considerar as duas narrativas e chegar a um denominador comum que o levou a concluir a enormidade da exclusão a que foram submetidos os negros ao final de três séculos e meio de escravidão. Processos históricos esses que jamais poderiam gerar um padrão de relações e comportamentos entre brasileiros das mais diversas etnias que a figura do “Homem cordial” tenta sintetizar.

#### BIBLIOGRAFIA

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. *Ingênuos e Libertos: Estratégias de Sobrevivência Familiar em Épocas de Transição – 1871-1895*. Campinas: Unicamp, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente – Estudos sobre a Escravidão Urbanano Rio de Janeiro – 1808-1822*. FFLCH/USP, 1983. Dissertação (Mestrado).

ALVIM, Zuleika. M.F. *Brava Gente. Os Italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense.1986.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo – 1888-1988*. São Paulo: EDUSC, 1998.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco – O negro no imaginário*

*das Elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Alexandre Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *A Crisálida – Aspectos Históricos e Econômicos do Fim da Escravidão no Brasil – 1850-1888*. FFLCH/USP, 1994 (Tese livre-docência).

BASSETO, Sylvia. *Política de mão de obra na Economia Cafeteira do Oeste Paulista – Período de Transição*. FFLCH/USP, 1982. Tese (Doutorado).

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar – Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade – urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: SENAC, 2002.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel. 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARONE, Edgar. *A evolução industrial de São Paulo – 1889-1930*. São Paulo: SENAC. 2001.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A formação das Almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1971.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. (1966) São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

CUNHA JUNIOR, Henrique. *Tecnologia africana na formação brasileira*. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo – 1880-1945* (2ª. Edição). São Paulo: Difel. 1975.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. (1984). São Paulo: Brasiliense, 1995.

FAGUNDES, Carny Ferreira. *A Cor do Trabalho*. Impr. Livre. 2001.

FAUSTO, Boris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1991.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. (1964) 3a.ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *O Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Cortez, 1989.
- FONTES, Alice Aguiar de Barros. *A Prática Abolicionista em São Paulo. Os Caifazes 1882-1888* – FFLCH/USP, 1976. Dissertação (Mestrado).
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. (1969) 4a. ed. São Paulo: Unesp, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala*. (1933) 19a. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1994.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. (1959) 12a. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1974.
- GOMES, Heloisa Tooler. *As marcas da escravidão – O negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ. 2009 (2ª. edição).
- GONÇALVES, Paulo César. *Migração e mão de obra - Retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901)*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de Braços – Riqueza e Acumulação Na Organização da Emigração Européia para o Novo Mundo*. (Tese doutorado). FFLCH/USP. 2008.
- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. (1980) 4a. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- GRANATO Fernando. *O Negro Chibata*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000.
- KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem – A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HOBSBRAWM, Eric. J. *A era dos impérios – 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra. 1987.
- HOFBAUER, Andréas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP. 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. (1936) 17a. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984.
- LANNA, Ana Lucia Duarte. *A Transformação do Trabalho*. São Paulo: Unicamp, 1988.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *O Sistema Colonial*. (1982) 2a. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos – Contribuição à História da Pobreza no Brasil. (1850-1930)*. São Paulo: Unicamp, 2008.

LONGH, Carla Reis Longh. *Mãos que fizeram São Paulo*. São Paulo: Celebris, 2003. LE GOFF, Jaques. *História e*

*Memória*. Trad: Bernardo Leitão (5ª. ed)

Campinas: Editora Unicamp. 1987.

LOMBROSO, Cesare. *O Homem Delinquente*. São Paulo: Ícone, 2007.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *A semana trágica – A greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico – Os Movimentos Sociais da Década da Abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ / São Paulo: Edusp, 1994.

MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo-1554/1910*. 2a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003 (1912).

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política - Processo global de produção Capitalista*. Volume VI (trad. Reginaldo Sant'Anna) - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991 (5ª. Edição).

MARX, Karl. *Salário, Preço e Lucro* (Londres: 1898). São Paulo: Centauro. (2002) 2008.

MELLO, João Manoel Cardoso de. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO E SOUZA, Antônio Candido de. (Organizador) Sérgio Buarque e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998

MILZ, Laura Cunha e Thomaz. *Jóias de Crioula*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. MORSE, Richard M. *A Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

MOURA, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e Carroceiros - Homens Livres no Rio de Senhores de Escravos*. São Paulo: Hucitec, 1988.

MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. 3a. ed. São Paulo: Ática, 1994.

MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 6a. ed. São Paulo: Brasiliense. MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988. MUNANGA, Kabengele. e Gomes, Nilma Lino. *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional*. ODÁLIA, Nilo. CANDEIRA, João Ricardo de Castro. *História do Estado de São Paulo – A formação da unidade paulista*. São Paulo: UNESP/IMESP, 2010 (Vol. 2 República).

NOVAIS, Fernando. Em De volta ao homem cordial. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a Casa e o Armazém – Relações Sociais Experiências da Urbanização, São Paulo – 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. e NASCIMENTO. Elisa Larkin Nascimento. *O negro e o Congresso Brasileiro* in Kabengele Munanga (org.). *O negro na Sociedade Brasileira*:

*resistência, participação, contribuição* (Vol. 1). Brasília: FCP/CNPq. 2004.

PIRATININGA JUNIOR, Luiz Gonzaga. *Dietário dos Escravos de São Bento: originários de São Caetano e São Bernardo*. São Paulo: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1991.

PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900*. Rio de Janeiro: Imprensa, 1999.

POCHMANN, Marcio. *A metrópole do trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2001. PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo: 1823-1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. (1942) 16a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, João José e SANTOS, Flavio dos (orgs). *Liberdade Por um Fio*. São Paulo: Cia. das Letras. 1996.

REIS, João José. *Negociações e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

ROCHA, Lauro Cornélio da. *Exclusão do Negro - 1850-1888 - Uma interpretação histórica das leis abolicionistas*. São Paulo: FFLCH/USP. (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis*. São Paulo: Paco Editorial. 2010. RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. (1894) 4a. ed. Brasília: EUNB, 1988.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. 7a. ed. Brasília: EUNB, 1988.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/FAPEESP, 1997.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada - O Partido Republicano e a Política de Mão de obra - 1870-1889*. São Paulo: Hucitec, 1986. SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo era Italiano: São Paulo e Pobreza - 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. SKIDMORE, Thomas E. Skidmore. *O negro no Brasil e nos Estados Unidos* in *Argumento*, revista mensal de cultura. Ano 1, N. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Outubro, 1973.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *O Negro na Rua - A Nova Face da Escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo. Dominus - EDUSP, 1966.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil. 1500-1820*. São Paulo:

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

SOUZA, Jorge Luiz Prata de. *Africano Livre Ficando Livre – Trabalho, Cotidiano e Luta*. FFLCH/USP, 1999. Dissertação (Mestrado).

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1985.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café*. (Trad. port.) São Paulo. Brasiliense. 1978.

TIRAPELI, Percival. *Igrejas Barrocas do Brasil*. São Paulo: Meta. 2007.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas –Escravos e Forros em São Paulo - 1850-1880*. São Paulo: Hucitec, 1998.

*Ramatis Jacino é professor do Bacharelado em Ciência Econômicas da Universidade Federal do ABC e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero, Raça/Etnia e Geração - NEP GREG, da [Universidade Federal da Bahia](#)– UFBA. Mestre e doutor pela FFLCH/USP é autor de *O Branqueamento do Trabalho* (São Paulo: Nefertiti, 2008), *Transição e Exclusão* (São Paulo: Nefertiti, 2014); organizador de *ÌMÓ- Panorama do Pensamento Negro Brasileiro* (São Paulo: Nefertiti, 2009) e coautor dos livros didáticos; *Africanidades São Paulo e Africanidades Paulistanas*. João Pessoa: Grafset, 2014. Organizado por Sueli Chan Ferreira.*